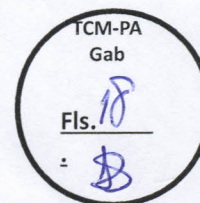




ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Fls.1/1



RESOLUÇÃO Nº 13.089

PROCESSO:	201701989-00
MUNICÍPIO:	SÃO FÉLIX DO XINGU
ÓRGÃO:	PREFEITURA MUNICIPAL
ASSUNTO:	CONSULTA
INTERESSADO:	RINALDO EDUARDO ALMEIDA (VICE-PREFEITO)
RELATOR:	CONSELHEIRO CEZAR COLARES

EMENTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU. Consulta. Conhecimento. **Impossibilidade** de cumulação do cargo de Vice-Prefeito com o exercício de atividade médica no mesmo município, seja em órgão integrante da administração pública municipal, seja em pessoa jurídica de direito privado que receba verbas públicas municipais. Inteligência do art. 9º, III da Lei nº 8.666/93 e art. 37, caput da CF/88.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada por autoridade competente sobre caso hipotético acerca da possibilidade de cumulação do cargo de Vice-Prefeito com o exercício de atividade médica no mesmo município, seja em órgão integrante da administração pública municipal, seja em pessoa jurídica de direito privado que receba verbas públicas municipais, que foi conhecida e respondida conforme o artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade, em aprovar a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 23 de maio de 2017.

Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão

Conselheiro **Cezar Colares**
Relator

Presentes: Conselheiros José Carlos Araújo, Mara Lúcia, Antônio José Guimarães, Sérgio Leão, e a Procuradora Maria Inez Gueiros.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
PROCESSO Nº 201701989-00



PROCESSO:	201701989-00
MUNICÍPIO:	SÃO FÉLIX DO XINGU
ÓRGÃO:	PREFEITURA MUNICIPAL
ASSUNTO:	CONSULTA
RESPONSÁVEL:	RINALDO EDUARDO ALMEIDA
RELATOR:	CEZAR COLARES

RELATÓRIO

Trata o presente processo de consulta formulada pelo Sr. Rinaldo Eduardo de Almeida, Vice-Prefeito de São Félix do Xingu, indagando sobre a possibilidade de cumulação do cargo de Vice-Prefeito com o exercício de atividade médica nas hipóteses de contratação realizada mediante processo licitatório ou outra forma legalmente permitida para atuar: 1) em hospital público municipal, integrante da administração direta; 2) em hospital administrado por fundação pública ou privada, consórcio público, ou em pessoa jurídica de direito privado que receba recursos públicos por meio de repasses do município onde é Vice-Prefeito; ou 3) em entidade sem fins lucrativos que receba recursos públicos por meio de repasses do município onde é Vice-Prefeito.

Os autos foram encaminhados à minha Relatoria, nos termos do vigente Regimento Interno (art. 300, caput - Ato n.º 18/2017), para exame de admissibilidade e demais providências de instrução. Encaminhei, então, o presente processo à Diretoria Jurídica, deste TCM/PA, para emissão de parecer técnico acerca do tema aventado na presente Consulta.

É o breve relatório.

DA ADMISSIBILIDADE

A consulta vem formulada por autoridade competente, em tese, ou seja, de modo abstrato, sem se referir a qualquer caso concreto, com apresentação



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
PROCESSO Nº 201701989-00



objetiva dos quesitos e da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais, além de se tratar de matéria afeta à competência desta Corte de Contas, preenchendo, com isto, os requisitos de admissibilidade previstos nos incisos do art. 298¹, do Regimento Interno. Ademais, por ser formulada em tese, ressalta-se que a deliberação sobre a consulta analisada nos presentes autos não constitui prejulgado sobre qualquer fato ou caso concreto.

DO MÉRITO

Em resposta à Consulta encaminhada, a Diretoria Jurídica, exarou Parecer fundamentado sobre o assunto, as fls.04-12, manifestando-se, em síntese, pela ilegalidade da contratação do Vice-Prefeito para realizar atividades médicas nas três hipóteses apresentadas, seja em hospital integrante da administração pública direta, indireta ou de direito privado que receba recursos municipais, por violar o que dispõe o art. 9, III da Lei nº 8.666/93, bem como os princípios constitucionais da moralidade e impessoalidade inscritos no art. 37, *caput* da CF/88:

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

(...) III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

Ancora o seu entendimento, ainda, na jurisprudência do STJ, conforme

¹ Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1.º, XVI, da Lei Complementar n.º 84, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - ser formulada por autoridade legítima; II - ser formulada em tese; III - conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares; IV - versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
PROCESSO Nº 201701989-00



decisão a seguir:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - DESCLASSIFICAÇÃO -
EMPRESA - SERVIDOR LICENCIADO - ÓRGÃO
CONTRATANTE.

- Não pode participar de procedimento licitatório, a empresa que possuir, em seu quadro de pessoal, servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Lei nº 8.666/93, artigo 9º, inciso III).

- O fato de estar o servidor licenciado, à época do certame, não ilide a aplicação do referido preceito legal, eis que não deixa de ser funcionário o servidor em gozo de licença.

- Recurso improvido." (REsp 254.115/GARCIA).

(REsp 467.871/SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/09/2003, DJ 13/10/2003, p. 233)

No mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - DESCLASSIFICAÇÃO -
EMPRESA - SERVIDOR LICENCIADO - ÓRGÃO
CONTRATANTE.

Não pode participar de procedimento licitatório, a empresa que possuir, em seu quadro de pessoal, servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Lei nº 8.666/93, artigo 9º, inciso III).

O fato de estar o servidor licenciado, à época do certame, não ilide a aplicação do referido preceito legal, eis que não deixa de ser funcionário o servidor em gozo de licença.

Recurso improvido.

(REsp 254.115/SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/06/2000, DJ 14/08/2000, p. 154)

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÕES
E CONTRATOS.

CONTRATAÇÃO DE MILITAR LICENCIADO PARA PRESTAR
CONSULTORIA À EMPRESA RECORRIDA NA EXECUÇÃO
DE CONTRATO COM O EXÉRCITO BRASILEIRO.

VIOLAÇÃO DOS ARTS. 9º DA LEI 8.666/1993 E 7º DA LEI
10.502/2002.

COMPORTAMENTO INIDÔNEO. CARACTERIZAÇÃO.
RECURSO PROVIDO.

1. Não se olvida que a jurisprudência do STJ é firme no



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
PROCESSO Nº 201701989-00



sentido de que a reavaliação do conjunto probatório existente nos autos, quando vinculada a fatos incontroversos, não esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

2. Ademais, é certo que o objeto do recurso foi devidamente deliberado no acórdão recorrido, circunstância que indica a devolutividade da matéria ao STJ, tendo em vista a ampla admissão do chamado prequestionamento implícito.

3. Trata-se, originalmente, de Mandado de Segurança impetrado pela recorrida contra o Comandante do 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, Órgão vinculado ao Ministério da Defesa, para que seja "declarada a ilegalidade das sanções aplicadas (no Processo Administrativo 64106.002902/2014-99) em razão de inexistência de comportamento inidôneo por parte da Impetrante ou, acaso esse v.

Juízo entenda que ocorreu irregularidade na conduta da Impetrante, que seja fixada sanção em conformidade com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade" (fls. 1-19, e-STJ).

4. Estando incontroversa a moldura fática delineada pelas instâncias ordinárias, conclui-se que, de fato, embora não seja possível afirmar que o Sr. William dos Santos Moreira participou do procedimento licitatório, ele inegavelmente exerceu a função de consultor/administrador da empresa impetrante, ora recorrida, durante a execução do contrato lícito.

5. Desse modo, ficou caracterizada a conduta inidônea da empresa recorrida, com a quebra de confiança da Administração, o que vai de encontro aos dispositivos legais sob análise.

6. Consigne-se que, consoante o entendimento do STJ, "não pode participar de procedimento licitatório a empresa que possuir em seu quadro de pessoal servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (...) O fato de estar o servidor licenciado, à época do certame, não ilide a aplicação do referido preceito legal, eis que não deixa de ser funcionário o servidor em gozo de licença" (REsp 254.115/SP, Rel. Min. Garcia Vieira, Primeira Turma, julgado em 20.6.2000, DJ de 14.8.2000, p. 154.)

7. Por fim, quanto à fixação de multa pela autoridade coatora, verifica-se que foi aplicada com base na previsão

CM



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
PROCESSO Nº 201701989-00



contida na Ata de Registro de Preços, obedecendo aos limites contratualmente previstos, não havendo falar em ilegalidade na sua arbitração.

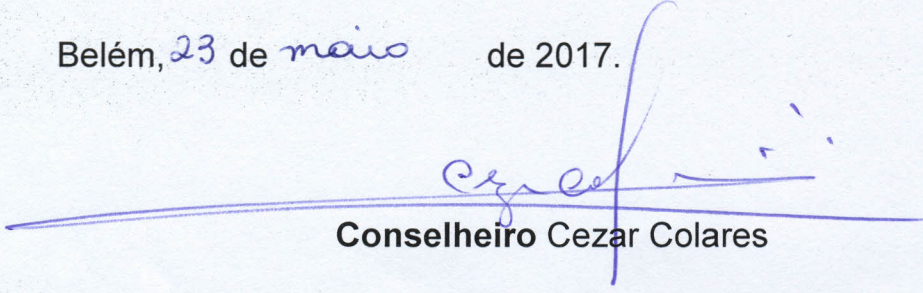
8. Recurso Especial provido, para restabelecer a sentença de 1º grau, denegando a segurança.

(REsp 1607715/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 20/04/2017)

CONCLUSÃO

Diante do exposto, seguindo o entendimento exposto pela DJ/TCM-PA e jurisprudência do STJ, respondo à consulta apresentada em tese pelo Vice-Prefeito de São Félix do Xingú manifestando-me pela ilegalidade da contratação de vice-prefeito para a prestação de serviços médicos, tanto para órgão da administração direta ou indireta, quanto para pessoas jurídicas de direito privado que, de qualquer forma, recebam verbas provenientes do mesmo ente ao qual o Vice-Prefeito está atrelado, em atendimento ao comando previsto no art. 9º, III da Lei nº 8.666/93 e art. 37, *caput* da CF/88.

Belém, 23 de maio de 2017.


Conselheiro Cezar Colares